

APORTES DO RURAL SOCIOAMBIENTAL PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): DIÁLOGOS NO ÍTERIM ENTRE 1955-2009

Leandro Mendes Bueno

Universidade Federal da Fronteira Sul
sd-bueno@hotmail.com

Rozane Marcia Triches

Universidade Federal da Fronteira Sul
rozane.triches@uffs.edu.br

Eixo 09: Multidisciplinar.

RESUMO

Pretende-se neste trabalho analisar as principais fases pelas quais passou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) entre 1955-2009, tendo o ponto de chegada a instituição da Lei 11.947/2009, que rege o PNAE. O mote do trabalho foi demonstrar como a mudança no rural brasileiro influenciou essa política pública, demonstrando a relevância do rural socioambiental para o aperfeiçoamento deste programa. E, para melhor se compreender o tema, utilizou-se de referencial bibliográfico. Foi possível constatar que a medida em que o rural brasileiro foi modernizando e ganhando espaço com políticas públicas para agricultura familiar, o PNAE concomitantemente foi aperfeiçoando, em parte contribuindo para o Desenvolvimento Sustentável e Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras-chave: Agricultura Familiar/Camponeses. Desenvolvimento Rural brasileiro. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O tema central deste trabalho é avaliar as alterações no PNAE segundo as mudanças no rural brasileiro entre os períodos 1955-2009, contribuindo-se para uma melhor compreensão da perspectiva do novo rural socioambiental. A escolha desta linha do tempo, decorre de se buscar desde o início do Programa em 1955, até a conquista da instituição da Lei 11.947/2009, onde impõe que no mínimo 30% dos alimentos devem ser oriundos das famílias produtoras rurais, com o intuito de tornar a alimentação nas escolas saudáveis, respeitar as culturas alimentares locais e aproximar produtores e consumidores.

Buscar-se neste trabalho, esclarecer os entraves e condicionantes que ocorreram neste íterim, com a nova demanda social, pela crescente insegurança alimentar e crise socioambiental em que se encontram as sociedades hodiernas. Deveras, salientamos a relevância da retomada de estratégias camponesas, na perspectiva de Ploeg (2006) a recampesinização, imbricadas com a agroecologia, em essência interdisciplinar, com foco nos mercados institucionais, por exemplo, o PNAE, como um canal de comercialização para

fortalecer a relações entre produtor e consumidor, respeitando as culturas locais, com diversificação alimentar, conseqüentemente aprimorando a alimentação escolar conforme o regime alimentar vigente (MCMICHAEL, 2009).

Destarte, tentar-se-á responder quais os entraves que o PNAE enfrentou em sua gênese (1955), período de transição entre o rural tradicional ao rural moderno, Quais foram as contribuições que o desenvolvimento rural oportunizou para o PNAE nesta trajetória?

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo se baseia em um ensaio teórico, realizado a partir de pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, sítios eletrônicos e em bases de dados e informações nacionais (THIOLLENT, 1986). Fundamentados em autores(as) que dialogam sobre o tema no mesmo período, entre eles BRANDENBURG (2010), ELLIS (1998), PLOEG (2006) e MCMICHAEL (2009).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CICLOS DA AGRICULTURA NO BRASIL: DO TRADICIONAL AO MODERNO

É essencial tomar consciência da história para compreender o processo de desenvolvimento. No caso do Brasil, no período pós-guerra, a maior parte do Rural brasileiro era voltado para a subsistência, em grande parte empobrecida, com questões sanitárias precárias, “o espaço produtivo e social da agricultura camponesa significava precariedade estrutural”, neste sentido, tratava-se de um rural tradicional (BRANDEMBURG, 2010, p. 419). Neste contexto conforme MCMICHAEL (2009), a sociedade vivia o período do primeiro regime alimentar. Sendo assim, apenas um pequeno percentual de toda área da agricultura brasileira eram ciclos econômicos baseados em monoculturas, como o ciclo do açúcar e posteriormente do café como grande produto de exportação (DELGADO 2012).

A integração da indústria com a agricultura, em sua gênese nos EUA e Europa, no início do século XX, ocorreu no Brasil somente a partir das décadas de 1960 e foi aprofundada de 1980 até então, a chamada revolução verde (DELGADO, 2012). Assim, a partir do emprego dos chamados insumos modernos houve uma intensificação do consumo industrial, e a implantação do subsetor industrial, produtores de insumos e bens de capital para a agricultura, quando a soja passou a ser o principal produção brasileira, mas continuava visando o mercado externo, este período ficou conhecido por “rural moderno” (BANDEMBURG, 2010), passando pelo segundo regime alimentar (MCMICHAEL, 2009).

Deveras, aumenta a necessidade dos camponeses ao dinheiro, com a industrialização

da agricultura e maior inserção do camponês ao mercado, podemos dizer que ocorreu uma transformação cultural, trazendo diversas consequências, entre ela a diversificação dos meios de vida, e uma parcela de êxodo rural (BRANDEMBURG, 2010; ELLIS, 1998). Tivemos o aumento da população vivendo nas grandes cidades, onde passou a existir exclusão social, pobreza e fome, pelo modelo insustentável de produção na agricultura. A ausência deste bem-estar, fundamentado em Sen (1981), seria as capacidades humanas severamente reduzidas, ocasionando a supramencionada pobreza e consequente incapacidade das pessoas de realizar plenamente seu potencial como seres humanos.

Trata-se de uma contradição relativa ao desenvolvimento sustentável, pois essa produtividade e o crescimento em boa parte se baseia na degradação de nossa natureza e da saúde das atuais e futuras gerações (GONÇALVES, 2022, p.10).

Hodiernamente, brota a perspectiva do rural socioambiental apresentado por Brandenburg (2010), onde liga-se a ideia de recampanização de Ploeg (2006) e a diversificação dos meios de vida de Ellis (1998), em conformidade com o terceiro regime alimentar de McMichael (2009), com a pretensão de desestruturar o atual modelo para estruturar um novo modelo visando a sustentabilidade. Esse novo enfoque, atinge políticas públicas, com atores que passam a se preocupar com a demanda socioambiental. Deveras, a recampesinização, mostra sua relevância frente alguns dos principais problemas globais (desemprego, fome, escassez de alimentos, insustentabilidade, consumo excessivo de energia, entre outros).

Todavia, essa metamorfose no mundo rural acoplado ao urbano, concomitantemente modifica o seu modo de produção, as relações de trabalho, as relações sociais, culturais, e políticas. No caso tratado, o Programa de Alimentação Escolar, acompanhou estas transformações, muitas vezes conflituosas, que serão apresentadas intrínsecas ao programa a seguir.

TRANSFORMAÇÕES DO PNAE NOS ÚLTIMOS 50 ANOS: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

O PNAE em sua gênese ocorrendo em 1930, recebendo influência de diferentes atores sociais, dentre eles Josué de Castro. Mas apenas em 31 de Março de 1955 e assinado o decreto nº 37.106, que institui a Campanha da Merenda Escolar (CME), subordinado ao Ministério da Educação. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, é a mais antiga e mais ampla política de alimentação e nutrição no Brasil (BUENO; VIEIRA, 2021; TRICHES; GRIZA, 2015).

A evolução desta política, em termos de abastecimento, passou por diferentes fases, a

saber: a internacional (1955-1973), a nacional centralizada (1973-1993) e a nacional descentralizada (1993-dias atuais) (BUENO e VIEIRA, 2021, p. 301).

Na fase denominada “internacional” (1955-1973), a fonte principal ocorreu por meio de “doações provenientes de organismos internacionais”. Nesta etapa, predominavam problemas relacionados a logística de distribuição, uma vez que os produtos chegavam do exterior a capital do país para, em seguida, serem distribuídos aos estados e municípios. A logística da política de alimentação daquela época era muito complexa, de difícil operacionalização, por não contar com a tecnologia dos dias atuais. Prevalciam os alimentos formulados principalmente o leite em pó. Esta fase no contexto rural brasileiro se tratava do “rural tradicional”, no primeiro regime alimentar (BUENO e VIEIRA, 2020; BRANDENBURG, 2010; MCMICHAEL 2009).

A fase “nacional centralizada” (1973-1993) iniciou-se com o fim da ajuda internacional, quando o Brasil começou a reformular a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), aproximando-se das indústrias alimentícias aqui localizadas. Mudava tanto a origem dos alimentos como a composição das cestas dos produtos, nas quais os alimentos formulados passaram rapidamente a ocupar o lugar mais importante. Esses alimentos caracterizavam pelo longo prazo de validade e alto teor de conservantes. Esta fase tratava-se da passagem do “rural tradicional” para o “rural moderno”, no formato de segundo regime alimentar, conforme autores supramencionados.

A terceira fase denominada de “nacional descentralizada” (1993-dias atuais), começou como uma das metas principais do Plano de Combate à Fome e a Miséria do governo Itamar Franco. Trocava-se novamente de nome: de Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) para Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este período pode-se considerar a integração do “rural moderno” e início do “rural socioambiental”, se tratando conforme McMichael de um terceiro regime alimentar, conforme abordado pelos demais autores citados até aqui.

Outrossim, nesta conjuntura de acontecimentos, o impulso ao aperfeiçoamento do PNAE ocorreu apenas a partir de 2009:

[...] em 2009 com a promulgação da Lei nº 11.947, e pela Resolução nº 38 (atualizada pela Resolução 26/2013). Essa nova legislação inaugura as tentativas de transformar a retórica em realidade e apoiar efetivamente o desenvolvimento local e sustentável, e promover a SAN. A Lei, notadamente em seu artigo 14, ampara explicitamente a agricultura familiar, tornando obrigatória a utilização de no mínimo 30% do valor remetido pelo FNDE às Entidades Executoras (estados, municípios, Distrito Federal e escolas federais) do PNAE na aquisição de gêneros alimentícios desses fornecedores. (TRICHES e GRIZA, 2015, p. 18)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, podemos observar que o Rural Socioambiental abordado por Alfio Brandenburg, e a recampanização de Van Der Ploeg, começam a ganhar espaço, pois a conquista da Lei sobredita e criação do Pronaf, fortalece os pequenos produtores, com abertura de mercados e facilitação ao acesso a esses mercados, esses pequenos produtores fornecem aportes ao Desenvolvimento Sustentável e Segurança Alimentar, com a diminuição da cadeia de abastecimento para as instituições de ensino, garantia de alimentos frescos e diversificados, sem agrotóxicos, entre outros benefícios.

REFERÊNCIAS

- BUENO, Leandro Mendes; VIEIRA, Edilaine. **Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua organização no município de Clevelândia-PR: Direito à alimentação na escola**. IN: RIQUE, Fernanda Monteiro, *et al.* (Org.). O que pode a Educação no Brasil hoje? Editora Diálogo Freiriano. Veranópolis-RS, 2020.
- BRANDENBURG, Alfio. **Do rural tradicional ao rural socioambiental**. Ambiente e Sociedade. Campinas v. XIII, n. 2, p. 418-428. Jul. dez. 2010
- DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p.144.
- ELLIS, F. **Household strategies and rural livelihood diversification**. Journal of development studies, London (UK), v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.
- TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Catia;. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Revista NERA. pp. 10-27. 2015.
- GONÇALVES, Larisse. *et al.* **AGRONEGÓCIO E DEPENDÊNCIA: REFLEXOS A PARTIR DOS CICLOS DE PRODUÇÃO BRASILEIRO**. 2022.
- MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy, **The Journal of Peasant Studies**, 36:1, 139-169. jan 2009
- SEN, A. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Oxford University Press, 1981.
- VAN DER PLOEG, Jan D. **O modo de produção camponês revisitado**. In. SCHNEIDER, Sérgio. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFGRS.